

40º Encontro Anual da ANPOCS

ST34 Trabalho, trabalhadores e ação coletiva

**A PARTICIPAÇÃO DE CATADORES NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
DE NATAL/RN ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2014**

Fábio Fonseca Figueiredo

Docente do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN).

Raquel Maria da Costa Silveira

Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Advogada. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (UFRN).

1. INTRODUÇÃO

O crescimento do setor econômico da reciclagem no Brasil faz com que a presença dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis na sua cadeia produtiva seja de primordial importância, já que se estima que, atualmente, 90% desses materiais sejam disponibilizados pela coleta dos catadores (IPEA, 2013).

A comprovação de que a gestão dos resíduos poderia implicar em ganhos econômicos para a cadeia produtiva da reciclagem (MAGERA, 2012; WALDMAN, 2010) relacionada à necessidade de minimização da problemática socioambiental oriunda da inadequada disposição final dos resíduos (FIGUEIREDO, 2010) levou à formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei 12.305 instituída em agosto de 2010 (BRASIL, 2010). Dentre seus vários aspectos, salientamos, e será objeto de análise neste artigo, as recomendações de inclusão socioprodutiva de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da sua inserção nos programas oficiais de coleta seletiva.

A PNRS busca a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Para tanto, esses indivíduos devem se vincular a cooperativas e/ou associações. A intenção do legislador, ao buscar a inclusão social e a emancipação econômica dos catadores, é equacionar uma questão social marcada pela pobreza e desigualdade, gerando renda ao mesmo tempo em que objetiva solucionar o problema ambiental do descarte desregrado de resíduos no meio ambiente.

Na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, o programa de coleta seletiva foi iniciado em 2004, após a erradicação do antigo lixão que recebia os resíduos coletados na cidade e abrigava, naquele momento, 466 catadores. Com o encerramento das atividades no vazadouro, foram criadas, inicialmente, quatro associações de catadores que, após um processo de reestruturação, fundiram-se em duas cooperativas.

Atualmente, para a Prefeitura de Natal, a participação de entidades de catadores na sua coleta seletiva está fundamentada em quatro aspectos: a) social, através da interação entre os catadores e a população; b) econômica, pela obtenção de renda com a venda dos materiais recicláveis recolhidos na coleta seletiva; c) ambiental, pois o trabalho dos catadores diminui a quantidade de resíduos que teriam como destino final os

lixões clandestinos e/ou o aterro sanitário; e d) laboral, devido à melhoria nas condições de trabalho dos catadores, que saíram do lixão e passaram a atuar nas ruas de Natal, passando a usar equipamentos de proteção individual e coletiva.

O presente artigo analisa as transformações do trabalho dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Natal/RN no período entre 2003 e 2015 e é fruto das pesquisas desenvolvida por Figueiredo (2006; 2010) e Silveira (2015). Objetiva-se estudar a catação de materiais recicláveis no Brasil enquanto atividade apta a proporcionar a realização social do indivíduo. Parte-se da premissa que, apesar da existência de ciclos de maior atenção e investimento público destinado à melhoria da condição de vulnerabilidade socioeconômica do catador, esses profissionais ainda enfrentam problemas que são de caráter sócio históricos e que, no recorte temporal analisado, ainda se mostram perenes e incômodos aos próprios sujeitos.

Como exercício para adentrar na reflexão da problemática que envolve os catadores em Natal, o artigo resgata a perspectiva histórica das falas desses sujeitos no que se refere a sua participação no programa de coleta seletiva entre 2003 e 2015. Assim, o texto expõe o conteúdo de 16 (dezesseis) entrevistas semiestruturadas realizadas com os catadores no período de doze anos.

No ano de 2003, os catadores evidenciavam suas expectativas sobre como seria sua situação a partir da mudança na estrutura laboral com a erradicação do lixão. Posteriormente, os catadores analisaram as suas experiências de inclusão socioproductiva em 2007 e nos anos de 2013 e 2014 apresentando as principais mudanças na sua atuação laboral, após a política nacional (PNRS). Ao final, são analisados os avanços e as dificuldades vislumbrados à luz do que foi ressaltado pelos catadores de Natal sob os aspectos social, ambiental e econômico.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O REGRAMENTO PARA O TRABALHO DOS CATADORES

A lei 12.305/2010, denominada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) representa significativo avanço na temática ambiental no Brasil. No período que precedeu a sua publicação, a ausência de uma norma disciplinadora da temática específica dos resíduos gerava insegurança jurídica e a falta de proteção ao meio natural. Assim, era usual que a destinação final dos resíduos gerados nos municípios brasileiros

fosse os vazadouros a céu aberto, nos quais a presença de catadores de materiais recicláveis era frequente.

A partir da vigência da PNRS foi explicitada a competência dos municípios para a gestão integrada dos resíduos sólidos (art. 10) e a proibição de lixões no país. Ainda nos termos da lei, a coleta seletiva passa a ser fundamental para a concretização dos objetivos legais. A competência para a criação e a implantação da coleta, por sua vez, é do titular do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos, o qual deverá determinar os procedimentos a serem adotados para o seu desempenho.

Nesse contexto, a lei, expressamente, busca a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Para tanto, os catadores devem se vincular a cooperativas e/ou associações para se tornarem alvo das políticas.

Quando a lei 12.305 surgiu no ordenamento brasileiro, a organização dos catadores de Natal já se delongava há cerca de sete anos. A seguir, será apresentado o histórico da organização desses trabalhadores no município, a fim de demonstrar as ações municipais que conferiram as bases para o contexto que, posteriormente, será evidenciado a partir da percepção dos trabalhadores da coleta em Natal.

3 A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS E A PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES NA COLETA SELETIVA EM NATAL

Faz-se necessário apresentar um breve histórico da gestão dos resíduos em Natal, percorrendo os trajetos que conduziram às primeiras ações destinadas à inclusão de catadores no município. Entre os anos de 1920 a 1978, Figueiredo (2006) afirma que não existia, no município, um órgão exclusivo para tratar da gestão dos resíduos. Desse modo, a destinação ocorria sem planejamento e se limitava à coleta dos resíduos na cidade e ao seu descarte em áreas distantes do centro de Natal.

No ano de 1979, tem-se a fundação da Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA), empresa de economia mista responsável pela gestão dos resíduos na cidade. No ano de 1988 ocorreu a instalação da primeira Usina de Reciclagem e Compostagem de Natal, a qual, de início, já foi instalada de forma subdimensionada, uma vez que tinha capacidade de triagem de 90 toneladas/dia, o que representava 30% do total das 297,37 toneladas/dia que eram coletadas na cidade.

Historicamente, construiu-se um cenário de descaso no município, o qual foi constatado pela gestão municipal no início dos anos 2000. Ao longo dos anos, gestão após gestão, a atuação nessa temática específica não demonstrava pautar-se em um planejamento vasto que considerasse o aumento da geração de resíduos, tampouco a preservação ambiental da área que recebia os materiais descartados.

Após recorrentes modificações da área de destinação final dos resíduos no município, no início da década de 1970, o bairro de Cidade Nova passou a abrigar o lixão de maneira definitiva. O bairro era, à época, uma localidade afastada do centro e com poucos moradores, ganhando dinamicidade a partir da fixação de indivíduos que vislumbraram naquele local a oportunidade de trabalho com a catação. Já a partir daquele período, a situação verificada foi de acúmulo desregrado de materiais no solo dunar, somado ao aumento do número de catadores que passaram não somente a trabalhar no ambiente do lixão, como também a residir naquelas áreas e imediações.

A partir dos anos 2000, diante da situação historicamente criada, vislumbrou-se a necessidade de que providências fossem tomadas para o início da recuperação sanitária e ambiental da área do lixão, bem como para que fossem adotadas soluções para a questão socioeconômica de extrema pobreza que ali se delineara.

No início dos anos 2000, a gestão municipal começou a planejar ações para a solução paulatina do contexto apresentado, visto que estudos realizados em 1994 já demonstravam a saturação da área que recebia o lixo coletado na cidade (NATAL, 2011). Uma primeira e importante decisão foi a erradicação do lixão e a proibição de descarte dos resíduos naquela localidade. Todo o material, a partir do ano de 2004, passaria a ser enviado para o aterro sanitário localizado no município de Ceará-Mirim/RN (SILVA, GUIMARÃES E MORENO, 2005).

A Prefeitura tratou, igualmente, de oferecer uma alternativa aos indivíduos que trabalhavam no lixão e dependiam economicamente da venda do material reciclável retirado daquele local. Assim, foram criadas quatro associações de catadores, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR), em 1999; a Associação de Agentes Trabalhadores em Reciclagem e Compostagem de Lixo (ASTRAS), em 2003; a Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do Rio Grande do Norte (ACSRN); e Associação de Beneficiamento de Resíduos Sólidos (ABRESOL), as duas últimas no ano de 2004.

Por meio dessa ação, o poder público intentava retirar os catadores da situação degradante de lixão e inseri-los de forma organizada no processo de gestão dos resíduos, por meio da operacionalização da coleta seletiva pelos integrantes dessas organizações. Essa ação representou um passo inovador uma vez que já adotava um modelo de inserção de catadores em organizações coletivas e uma destinação final de resíduos que, somente em 2010, seria expressamente estabelecida em lei no Brasil.

Com o passar dos anos, as associações citadas fundiram-se e se transformaram em cooperativas de catadores: quais sejam a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal (COOCAMAR) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal (COOPCICLA).

No ano de 2011, novas mudanças ocorreram na gestão dos resíduos em Natal, propriamente quanto à inclusão socioproductiva de catadores. O objetivo primordial das mudanças se consubstanciava na implantação de uma denominada “gestão verde”, para promover a coleta seletiva por meio de ações sustentáveis, o que incluía a atuação das organizações de catadores. O programa de coleta seletiva em Natal deveria constituir-se, assim, em uma ação economicamente viável, socialmente justa e de acordo com os parâmetros sociais e ambientais. Nesse contexto, a gestão em Natal, à época, apontava como um dos principais resultados pretendidos o aumento da renda dos indivíduos que trabalhavam com a catação na ordem de 450%, sendo o caso natalense apresentado como modelo para o Brasil (NATAL, 2012).

No conjunto dessas mudanças, as principais decisões implantadas foram a cessão dos galpões já ocupados pelas cooperativas (no terreno da estação de transbordo e antigo lixão) até o ano de 2021; o estabelecimento de parcerias com instituições privadas para o fortalecimento das organizações de catadores e a assinatura de contratos de prestação de serviço para a operacionalização da coleta seletiva pelas cooperativas. Esse último ponto é um destaque na política municipal, visto que corresponde a uma reivindicação do Movimento Nacional de Catadores (MNCR), representando o reconhecimento social e o retorno econômico pela realização dos serviços de coleta seletiva.

A despeito das constantes ações do poder público municipal e do olhar atento à categoria, estudos posteriores apontaram dificuldades vivenciadas pelas organizações, como a baixa escolaridade dos catadores (SOUZA et al, 2014) e as precárias condições de trabalho (SILVEIRA e FIGUEIREDO, 2013; SILVEIRA, 2015) existentes nas cooperativas. Desse modo, torna-se essencial observar a percepção do catador acerca das

ações historicamente realizadas a fim de perceber se e como as mudanças podem representar a possibilidade de ascensão social e econômica desses sujeitos.

4 EXPECTATIVAS DE MUDANÇA: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES ANTE AS TRANSFORMAÇÕES NA SUA ESTRUTURA LABORAL

Até o ano de 2003, os catadores do antigo lixão de Natal viviam em um contexto de desconfiança ante a proposta de reestruturação apresentada pela Prefeitura. A erradicação do lixão e as incertezas sobre como seria a coleta de materiais recicláveis levou os catadores a expectativas pessimistas quanto às possibilidades de auferir rendimentos com a atividade:

Vai ficar difícil, vai ficar totalmente difícil mas nosso presidente tá batalhando aí né pra ver como é que vai ficar pra gente. Vai ficar difícil porque o material com certeza vai diminuir porque não vai vir, a coleta seletiva não dá a renda suficiente pra nós. Mas será que a coleta seletiva vai aumentar a quantidade de lixo que vem pra cá? Mesmo porque muita gente não contribui com a coleta seletiva (Catador 2, 2003).

Em 2003, uma das preocupações dos catadores do antigo lixão era como auferir rendas após o fechamento do lixão. A questão da renda mínima era uma das reivindicações do Movimento Nacional dos Catadores desde aquela época. A preocupação com a falta de ocupação, as possibilidades laborais a partir da erradicação do lixão e o receio da perda dos já baixos rendimentos foram os principais aspectos ressaltados pelos catadores no período que precedia o fechamento do lixão:

O lixo saindo daqui fica ruim pra gente e pra um bucado de gente que mora por aqui por perto, é porque a gente vive do lixo, a gente arruma comer pros filhos do lixo. Aí se saí vai lascar nós. Eu ouvi dizer que a gente não vai ganhar nada de dinheiro porque se a gente ganhar é a alimentação, não é? Mas nós vamos esperar pra ver o que vai acontecer (Catador 6, 2003).

Vai piorar porque ele [*lixão*] saindo daqui lá [*no aterro sanitário*] não vai entrar ninguém. Aí vai ficar um bucado de pai de família e mãe de família desempregado, sem ter de onde tirar (Catador 7, 2003).

Ao analisar o impasse dos catadores à época de fechamento do lixão em Natal, pode-se verificar que o processo de formação de organizações geralmente envolve expectativas e preocupações relativos à renda. No que tange ao processo de formação de cooperativas, Lima (2009, p. 122) observa que “o envolvimento dos trabalhadores

enfrenta o dilema, pelo menos num primeiro momento, da redução de ganhos”. Trata-se, portanto, de um estranhamento inicial com novas rotinas e desafios – a exemplo da dinâmica da economia solidária em contraste com o trabalho autônomo realizado pela maioria dos catadores nos lixões.

Passados onze anos da proposta oficial de inclusão socioproductiva, procurou-se compreender se, a despeito da desconfiança inicial com o projeto de formação de organizações, os catadores avaliam satisfatoriamente o trabalho realizado nas cooperativas. De acordo com os resultados obtidos foi possível denotar que um dos aspectos mais referidos pelos trabalhadores, enquanto benefício da cooperatização e das ações do poder público, é o reconhecimento adquirido por parte da sociedade:

Naquela época a gente trabalhava no lixão, a população lá fora via a gente com outros olhos. Quando eles falavam “um catador de lixão”, eles pensavam que a gente era pessoa sem confiança. Hoje em dia, o que eu digo que melhorou bastante mesmo foi o conhecimento que a gente tem da população. Hoje em dia a gente tem a confiança. A gente chega na casa do morador, a gente bate palma, a gente (inint). Ele lá dentro abre a porta, a gente vai lá no quintal dele, pega o material. Tem vezes que a gente entra pela porta da frente da casa dele, chega lá na cozinha até lá atrás (Catador 1, 2014).

No momento da mudança e erradicação do lixão, era ainda preocupante a manutenção das famílias, bem como o modo como se daria a relação entre os catadores e a sociedade a partir da adoção do trabalho nos moldes da coleta seletiva. Faz-se necessário observar que, ao longo dos anos, a atividade dos catadores ocorria, primordialmente, no ambiente do lixão, que, estrategicamente, fora alocado em um bairro afastado da cidade. Após o fechamento desse vazadouro, o catador foi, paulatinamente, inserido nas ruas. Para a Prefeitura de Natal, a interação entre a população e os catadores que participariam da coleta seletiva seria um aspecto fundamental para que estes sujeitos fossem incluídos socialmente.

É preciso ressaltar, contudo, que o debate da inclusão pela via do trabalho requer a atenção a aspectos como o estigma vivenciado pelo indivíduo em seu cotidiano laboral e nas relações sociais estabelecidas em função dele. O estigma pode ser entendido como a existência de atributos comuns a determinadas categorias que, por tais características, passam a deter uma identidade social pouco aceita pela sociedade, tornando-se sujeitos desprovidos de potencialidades e, portanto, anulados socialmente (GOFFMAN, 1993).

É preciso que se afirme que, a despeito de um maior reconhecimento, a existência de aspectos estigmatizantes contribui para que o trabalho se afaste de sua condição dignificante, conduzindo, conforme Antunes (1998, p. 124), a um contexto laboral em que “o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”.

Em Natal, já em 2003, os catadores do antigo lixão se queixavam do que eles denominaram como discriminação, pois, segundo eles próprios, para a população, o trabalho com os resíduos recicláveis não significava uma atividade profissional:

A gente sente discriminada sim porque se a gente chega lá fora e fala assim é qual sua profissão? Eu sou catadora, acho que alguém acha que pensa o que catadora não tem condições de comprar alguma coisa, principalmente assim nós não temos um comprovante de renda né, e aí a gente tem a discriminação de não poder comprar algum objeto em loja, alguma coisa assim e por trabalhar com o lixo também, né, eu acho isso (Catador 2, 2003).

No ano de 2007, intermédio do período da pesquisa, foi possível perceber a necessidade daqueles sujeitos em vincular a sua atividade à coleta de resíduos efetuada por profissionais contratados pela Prefeitura (denominados garis), o que pode ser explicado pela possibilidade de um maior reconhecimento e aceitação já obtidos por esses últimos. Por sua vez, foi possível perceber que o catador passou a adquirir maior notoriedade social, aumentando o seu sentimento de inserção. Assim afirmaram dois entrevistados em 2007:

“Incluído...Rapaz em certos casos eu me sinto. Eu me sinto incluído quando eu chego na casa de um cidadão e peço o material e ele me recebe muito bem o dono de casa, quando a gente tá recolhendo o material” (Catador 2, 2007).

“Hoje a sociedade vê a gente como gente mesmo, que de primeiro eles não viam a gente como gente não. A gente era assim um negócio qualquer. De primeiro era assim, mas agora graças a Deus a gente chega na rua e tem gente que manda até a gente entrar [*nas casas*], abre as portas, dá muita confiança a gente. Mas desde que a gente saiu do lixo que nunca mais sofreu nenhum tipo de discriminação não. Na rua eu sei que a gente é tratado bem” (Catador 3, 2007).

A análise acerca da busca pela inclusão socioeconômica dos catadores no Brasil evidencia uma tentativa de encaixe de uma categoria no contexto social do qual foi afastado durante décadas. Todavia, a partir da perspectiva dos entrevistados foi possível destacar que a presença do estigma por parte da sociedade é ainda um elemento presente

no relato dos catadores, mesmo que de forma relativizada pela sensação de inclusão no seio social que esses indivíduos passaram a vivenciar após a sua saída do ambiente degradante dos lixões. Assim, ao passo em que se mostra patente a permanência da anulação social do indivíduo do meio no qual busca se inserir, a afirmação do alcance da inclusão social se torna distante de sua concretização.

Acerca dessa temática, ao longo da pesquisa, foi possível perceber que, apesar do estabelecimento de maior proximidade entre a categoria e parte da população, as situações de distanciamento entre a população e catadores relacionado à atividade desses últimos permaneciam evidentes. No ano de 2013, quando questionada acerca do preconceito ainda existente no cotidiano laboral do catador, assim respondeu uma das representantes de cooperativa em Natal:

“O mínimo, que tem gente que...no começo, era muita humilhação, eu tenho muita história. Eu chegava lá na rua e de longe tinha um senhor que era dono de uma loja lá em Lagoa Nova de carro. Ele jogava assim nos meus pés e dizia: “você pensa que você é o que, hein galega?” se eu fosse negra, eu ia me sentir mais humilhada ainda. “você pensa que você é o que, hein galega? Pra eu tá juntando lixo pra você?” e eu apanhava. Ele não dava na minha mão não, tudo que ele tinha ele jogava. E eu dizia: “senhor, me desculpe, mas só que o senhor sabe que eu necessito. Quem paga meu salário é o senhor, o senhor e seus vizinhos. Como é que eu não vinha receber, patrão?” ele me humilhando, me esculhambando. “olhe eu não venho por causa disso, por causa daquilo”. Aí ele falava: “eu na minha loja, e a sujeita aí...quem você pensa que é?” “Meu senhor, eu sou uma catadora...com muito orgulho, mas aí não tenho como fazer”. Me humilhando legal” (Catador 1, 2013).

Nesse sentido, foi possível vislumbrar aumento relativo da aceitação da população com relação à atividade realizada pelos catadores, o que se constatou estar condicionada à formalização destes sujeitos na realização da coleta. Até 2003, a atuação no lixão e a precariedade da atividade laboral faziam a população perceber os catadores como pessoas delinquentes. Já em 2007, com os catadores coletando materiais recicláveis nas residências, estando fardados e formalizados em entidades, a população aceitou gradativamente a presença desses indivíduos em função da sua atuação na prestação de um serviço à municipalidade. Entretanto, em 2013, relatos que indicavam a permanência do estigma ainda puderam ser percebidos.

O que foi destacado pelos catadores de Natal já ocorreu com catadores em diversas cidades brasileiras. O estudo de Ferreira (2005) mostra que a maior dificuldade

na interação entre a população de Belo Horizonte, Minas Gerais, e os catadores era o estigma relacionado à atividade da coleta e separação dos resíduos. Para a população, os catadores eram sujeitos estranhos ao convívio social e, por conseguinte, estigmatizados como marginais. Segundo a autora, o sujeito estigmatizado tinha dificuldades para inserir-se pela via econômica e, portanto, era excluído de outras possibilidades de interação social.

Análise semelhante fez Michelloti (2006) quando no seu estudo discutiu o processo de reconhecimento social dos catadores da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para o autor, a aceitação da população aos catadores era dificultada pelo estigma que o trabalho com os resíduos supunha, sendo percebida como uma atividade realizada pelo estrato social mais fragilizado economicamente e que, devido a sua condição de inferioridade/vulnerabilidade socioeconômica, migra para as atividades relacionadas aos resíduos.

De acordo com o anunciado pelos catadores, a interação com a população de Natal ocorre de maneira tangencial, apresentando maior possibilidade de intercâmbio quando os catadores realizam o trabalho semelhante ao dos garis. Verifica-se, em Natal, um processo de reconhecimento do trabalho dos catadores devido a sua formalidade, no entanto, a inclusão pretendida pelos catadores ainda não se mostra completa e efetiva, visto que o mínimo de estigma ainda é percebido, mesmo que de forma velada.

A ação mais perceptível da gestão dos resíduos desenvolvida pela Prefeitura de Natal foi a erradicação do antigo lixão, fato que acarretou a transferência dos catadores do antigo lixão para as ruas da cidade, realizando a atividade formalmente. O fato que merece análise é que a aparição destes sujeitos, até então invisíveis ao espaço social e urbano, denota as dimensões material e simbólica do aspecto socioeconômico da gestão dos resíduos.

No plano material essa dimensão está vislumbrada na visibilidade do trabalho dos catadores pelas ruas da cidade. Os catadores deixaram de atuar no lixão situado na periferia e escondidos da população e passaram a fazer parte do cotidiano da cidade. Essa substancial mudança fez com que a população visse o trabalho dos catadores e reconhecesse a importância destes sujeitos para a manutenção da limpeza e higiene de Natal.

Ainda, a chegada dos catadores do antigo lixão às ruas possui o viés simbólico da busca pela inserção não periférica desses indivíduos na cidade. Resgatar para a

convivência social pessoas que vivem em situação de miséria quase absoluta ressalta o interesse da administração pública com as questões sociais, contudo, não garante a efetividade da medida. A atuação formal de catadores na cidade dá visibilidade à proposta oficial de inclusão social. Porém, a visibilidade dos catadores a partir de sua atuação nas ruas de Natal não garante que a requerida inserção esteja ocorrendo.

A inclusão desenvolvida e amplamente divulgada pela Prefeitura era sinônimo da ocupação de um novo espaço geográfico pelos catadores e de interação social. Se antes os catadores estavam escondidos e distanciados no lixão, agora, estão na cidade, espaço que por definição deve ser democrático e pertencer a todos. A nova territorialização de catadores pressupunha o reconhecimento social, sua interação na sociedade. No entanto, é preciso destacar que a presença desses indivíduos na cena urbana é limitada, já que a atuação das organizações de catadores na cidade está, por vezes, condicionada pelo circuito da coleta seletiva em dias e horas preestabelecidos.

Em continuidade à discussão realizada a partir do contato com os catadores entre os anos de 2003 e 2015, a próxima sessão expõe como esses trabalhadores entrevistados analisam a inclusão a partir da instituição de organizações - modelo sugerido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil.

4.1 A pretendida inclusão que se realiza por meio da exclusão

A proposta formulada pela Prefeitura de Natal no início dos anos 2000 e apresentada para os catadores foi de inclusão socioprodutiva destes sujeitos por meio de sua participação no programa oficial de coleta seletiva, modelo que, em 2010, seria legalmente instituído no Brasil a partir da publicação da lei 12.305.

Em 2003, a pesquisa realizada com os trabalhadores que sobreviviam da catação no lixão em Natal possibilitou conhecer os motivos que conduziam os catadores à atividade, o que, na maioria das vezes, relacionava-se ao seu histórico de processos de empobrecimento. Constatou-se, assim, um desejo recorrente de mudança de vida, em oposição a um sentimento de decadência vivenciado no cotidiano da catação:

Não, claro que não porque sei lá...eu não me sinto feliz porque eu terminei meus estudos e não me sinto digna de ser uma catadora de lixo (Catador 3, 2003).

Eu me sinto porque não tem outro jeito, né. A gente tem que viver daí [lixão] mesmo. A gente tem que trabalhar e aí é honesto (Catador 7, 2003).

Gostar eu não gosto. Só falar em trabalhar no lixão, no lixo...É um negócio que a gente produz e joga fora...eu só trabalho porque é obrigado mesmo (Catador 8, 2003).

Os relatos acima expõem os sentimentos de inferioridade que sentiam os catadores do antigo lixão, em 2003, por atuarem na atividade da coleta dos resíduos (definido por eles próprios como lixo). Demonstra, ainda, o descontentamento daqueles sujeitos com a atividade, a qual possuía uma nefasta representação social por se tratar do manejo dos dejetos da sociedade.

Passados dez anos do fechamento do lixão municipal de Natal e da formação de organizações de catadores para a promoção de inclusão socioprodutiva desses indivíduos, constata-se que a realização da catação continua tendo como condutora a necessidade de sobrevivência, sendo comum nas organizações o desejo pela inclusão por meio de outras atividades. No ano de 2013, mesmo diante do reconhecimento da melhoria das condições de trabalho, questionou-se à representante de uma das cooperativas de Natal sobre a possibilidade de deixar a organização em vista de uma oportunidade de trabalho com vínculo empregatício formalizado, para receber a mesma quantia que recebia na catação. Assim respondeu a entrevistada:

Eu ia agora. Eu ia agora. Porque aqui é como eu falei, ne? É muito bom, a gente somos donos, mas se eu sair hoje...hoje eu tenho a minha história de vida...como é que eu vou me formar? Meu sonho era ser veterinária, eu não tirava isso da cabeça. Eu gosto muito de animais, inclusive, eu crio porcos. Eu não vim pra aqui porque quis, vim pela precisão. Nós somos donos do próprio negócio, nós passa 10 anos 20 anos...mas se eu sair, tudo que eu conquistei, tudo que eu consegui, não era só meu, era da cooperativa, então eu tenho que deixar tudo, né? Aí é isso que a gente luta e enquanto eu tiver aqui dentro eu vou lutar. Um emprego meu, um negócio meu, é só meu. Aqui, por mais que eu lute, não é só meu (Catador 1, 2013).

A análise, principalmente, desse trecho da entrevista torna possível indicar a atividade da catação como uma fuga das consequências geradas pelo desemprego e a existência de uma percepção contraditória da atividade por aqueles que a realizam. De fato, já na última visita à cooperativa, realizada em 2014, a representante entrevistada havia deixado a organização por uma oportunidade de trabalho com vínculo empregatício.

Frise-se que tal resposta já havia sido obtida na pesquisa realizada em 2007, quando afirmou o catador entrevistado:

Se eu arrumasse um trabalho de carteira assinada que melhorasse pra mim com certeza eu ia procurar minha melhora. Eu vivo aqui porque eu não tenho outro ganho...com certeza se eu arrumar outro emprego em outro canto, com certeza eu saio. Só trabalho aqui porque estou precisando mas se aparecer outro que tenha um ganho melhor, com certeza eu vou abraçar o outro, né (Catador 1, 2007).

Rapaz, eu não penso viver nessa vida pra toda vida não. Eu penso de amanhã ou depois eu, eu não ta aqui dentro não, sabe. Porque aqui dentro não tem futuro pra ninguém não. A gente ganha pouco, a gente é discriminado em certos cantos e isso incomoda (Catador 2, 2007).

Para Bauman (2005), na falta de possibilidades de inserção desses sujeitos em atividades mais nobres, o caminho mais fácil para administração pública é enviá-los aos resíduos, fato que, simbolicamente, faz com que sejam reconhecidos como sujeitos residuais. Nesse sentido, e a partir dos relatos colacionados, é preciso questionar se impor como condição à inclusão social do estrato mais vulnerável da sociedade a participação destes sujeitos em atividades laborais pouco qualificadas e/ou semi precárias, sem que se busquem novos rumos laborais para esses indivíduos, não seria, per si, uma forma de distanciamento das possibilidades de ascensão social.

Pode-se perceber, de acordo com as entrevistas realizadas em 2007 e 2013, que a busca pela inclusão social dos catadores em Natal se apresenta como um caminho ainda em construção até mesmo para os catadores, os quais pareceram ainda tentar encontrar, em outras atividades, o lugar que a ação pública supunha reservar para eles por meio de um modelo nacional que privilegia a sua organização em cooperativas e associações.

Outros aspectos foram ainda pesquisados: como profissionais formalizados e apoiados pela Prefeitura, uma das prerrogativas do trabalho dos catadores esperada era a salubridade da atividade laboral. Diante da constatação de melhoria das condições laborais após a erradicação do lixão municipal, sendo essa a grande contribuição do poder público para o catador no município, faz-se necessário analisar, em que medida as transformações, de fato, conduziram o trabalhador a um ambiente laboral adequado à legislação brasileira.

A próxima sessão demonstra como os catadores percebem as mudanças no aspecto da salubridade a partir do trabalho na coleta seletiva oficial de Natal.

4.2 O ambiente laboral do catador

Antes da erradicação do lixão constatou-se que os catadores viviam e atuavam coletando recicláveis em situação subumana, em cima da montanha de resíduos que se formou na antiga área de descarte (FERREIRA, 2007; COSTA, 1983). O contato direto com os resíduos e a falta de equipamentos de proteção individual e coletiva necessários ao trabalho com os resíduos revelava a vulnerabilidade a que eram submetidos os catadores.

No ano de 2003, os trabalhadores entrevistados se referiram as suas condições de trabalho de acordo com os relatos que seguem:

Não uso [*equipamento de proteção individual*] mas eu sei que é perigoso trabalhar diretamente com o lixo desde que eu comecei a trabalhar dentro do lixo. Tem uns equipamentos que eu tenho alergia e tem outros que eu não gosto (...) Lá dentro quando a gente cata, a gente se suja muito e também é arriscado por muitas coisas, a pessoa pegar uma doença... (Catador 1, 2003).

Eu tô doente eu. Eu trabalho doente no lixo. Tou doente de um problema no canal, no reto. Mesmo doente eu trabalho porque não tem outra situação, ou que morra ou que viva, a situação é essa mesma (Catador 6, 2003).

Não uso [*equipamento de proteção individual*] mas sei que dos riscos de me cortar. Não uso porque a gente não tem (Catador 7, 2003).

Não uso porque a gente não tem [*equipamento de proteção individual*]. Só quando acha mesmo, bota é que a gente calça mesmo. A gente sabe dos risco, a gente tem cuidado mais a gente evita mais...não tem nenhuma proteção não (Catador 8, 2003).

Um dos catadores entrevistados, em 2003, se encontrava aparentemente debilitado. A doença a qual se referiu o sujeito o impossibilitava de sentar-se devido às fortes dores que sentia. O questionário aplicado pela Prefeitura de Natal em 2003 indicou dezesseis tipos de doenças entre os trabalhadores do lixão, tendo maior incidência a dengue (36,0%), a diarreia (27,0%) e a esquistossomose (7,0%) (NATAL, 2012).

Conforme Juncá et. al. (2009), as doenças verificadas nos lixões se referem à maneira como os catadores realizam o trabalho, sem as menores condições higiênicas ou sanitárias. Ainda segundo os autores, aos problemas patológicos provenientes do contato direto com os resíduos se soma o alcoolismo, doença ainda estigmatizada no Brasil por

ser relacionada, usualmente, à vadiagem e ao consumo de drogas ilícitas, dentre as quais a maconha e o crack se sobressaem devido ao baixo preço.

No ano de 2007, os catadores entrevistados confirmaram a ocorrência de avanços substanciais nas suas condições laborais a partir da atuação na coleta seletiva oficial e erradicação do lixão. Perguntados sobre as diferenças entre a maneira de realizar o trabalho de coleta e separação antes e depois da erradicação do antigo lixão, os catadores responderam:

A melhora em relação a antes é que a gente não vive no meio dos porcos mesmo, no lixão, né. A gente vive no meio da sociedade (Catador 1, 2007).

Rapaz, aqui era uma tristeza, a gente trabalhava de um jeito precário, todo sujo, sem condição de trabalho mesmo e não tinha condição mesmo não de trabalhar não (Catador 2, 2007).

Rapaz, antigamente a gente trabalhava todo sujo, agora a gente tamo sendo vendo por esse pessoal, né, eu sei que...mas não é igual a quando a gente trabalhava ai em cima. A gente trabalhava todo sujo, todo fedorento, a pessoa via todo tempo aquele negocio véi la dentro... aquele lixo, era cachorro morto, era todo tipo de animal (Catador 3, 2007).

A partir da comparação entre as situações encontradas em 2003 e 2007, é inegável a existência de melhorias nas condições de trabalho dos catadores, o que se traduz na diminuição da propensão a doenças vinculadas ao contato direto com os resíduos. No entanto, ainda que se avaliem positivamente estas mudanças, entre os anos de 2013 e 2014 o ambiente laboral ainda não apresentava condições ideais de trabalho.

No ano de 2013, por meio da observação *in loco*, foi possível constatar que, mesmo com o trabalho desempenhado no âmbito das cooperativas, a catação de materiais recicláveis ainda oferecia riscos tanto na coleta, quanto na seleção do material. Verificou-se a realização do trabalho sem a utilização de equipamentos de proteção individual, de responsabilidade das organizações, e sem a adequação dos aspectos ergonômicos.

No tocante à proteção para minimizar tais riscos no desempenho da atividade, foi possível depreender que, o contrato firmado entre a municipalidade e as organizações estabelece a responsabilidade da cooperativa no que se refere à saúde e à segurança do trabalhador. Porém, pelo que fora informado, outras necessidades fizeram com que não fosse possível a compra dos equipamentos pelas entidades de catadores até aquele

momento (novembro de 2013), contando-se com eventuais doações desses materiais de proteção por entidades privadas.

Conforme foi possível observar, em 2014, os acidentes de trabalho continuavam a ocorrer, mesmo que em pequena quantidade e menor gravidade. Foi possível compreender que tais ocorrências, contudo, são percebidas de forma natural pelo trabalhador. Para os entrevistados, são considerados acidentes os eventos graves, sendo os cortes e os episódios menos sérios para eles vistos como acontecimentos a que estão naturalmente expostos. Quando questionados acerca da ocorrência de acidentes de trabalho nas cooperativas, os representantes informaram:

Graças a Deus aqui, aconteceu o acidente... graças a Deus, há muito tempo que aconteceu o acidente com a menina, mas... foi um acidente grave. Graças a Deus que...(...) Foi o primeiro e o último, graças a Deus. Assim, estava no trecho trabalhando – isso faz uns 06 anos, eu acho. 05 anos, 06 anos –, ela em cima do caminhão, estava (batendo no poste), um fio caiu e pegou no pescoço dela. Ela caiu para trás e ficou. (...) É besteira, para mim corte no trabalho levou porque (...) fui pegar um berg, pegou no dedo, porque na verdade a gente não trabalha com material perigoso, a gente trabalha com material reciclável. (...) É, tem vez que quebra um vidro, o morador bota dentro de uma sacola, tem vez que ele na verdade não sabe, pega aquele material e embrulha no jornal, pega uma revista. Como o catador não está vendo o que é, tem vez na pegada daquele saco corta a mão ou corta o pé (Catador 1, 2014).

Não. (...) É pouco. É pouco. (...) É, só com corte. Geralmente é corte. É com corte (Catador 2, 2014).

Outro elemento que se manteve foi o fato de que o uso dos equipamentos de segurança ainda encontra certa relutância por alguns trabalhadores, não sendo ideais as condições de prevenção de acidentes de trabalho nas organizações. Essas, por sua vez, ainda dependem de doações de EPIs. De acordo com a catadora entrevistada:

A gente consegue EPI quando tem projetos. Mas a cooperativa também quando não tem, a gente compra. Mas aquela mesma... aquele mesmo problema de sempre, o pessoal não querem usar, dizem que têm alergia e não sei o quê (Catador 2, 2014).

Ainda em 2014, o trabalho continuava não sendo realizado em condições posturais adequadas, prejudicando a saúde do trabalhador. O catador ainda realizava o seu trabalho abaixado, curvado ou sentado no chão.

O contexto da situação dos catadores de Natal demonstra que aqueles sujeitos superaram, em 2003, a condição de “*animal laborans*” (SCOREL, 1999), alcançando a denominação de agentes ambientais (MNCR, 2009). O que permanece, contudo, é a condição de indivíduos estigmatizados por trabalhar com resíduos.

Além do aspecto laboral, a partir da formação das organizações e inserção dos catadores provenientes do ambiente do lixão, esperava-se que o catador adquirisse maior rendimento econômico. Tal discussão é apresentada a seguir, demonstrando-se o aspecto econômico dos catadores cancelados pela Prefeitura de Natal.

4.3 O aspecto econômico da formalização do catador

Conforme foi declarado pelos catadores nas entrevistas de 2003, sua situação econômica naquela época era bastante fragilizada e suas expectativas a partir da participação na coleta seletiva oficial eram permeadas por incertezas:

Pra melhorar, pra melhorar tem muitas coisas. Primeiramente é que o salário fosse um salário certo por mês né. Que a gente trabalhasse o seguinte né, porque a carga horária aqui que a gente pega, a gente pega de 7:00 as 11:30, pega de 13:00 as 17:00. Mas que a gente melhorasse o salário assim, que a gente tivesse carteira assinada, entendeu, que a gente por mês ganhasse o salário justo que é o salário mínimo ou mais uma coisinha, entendeu? A gente as vezes tira mais que o salário mínimo, tem semana aqui que agente tira R\$ 80 reais, tem semana que agente tira R\$ 90 reais, R\$ 100 reais, é produção, o que agente produzir (Catador 4, 2003).

Eu entrei nesse negócio [*associação Astras*] porque disseram que o lixo daqui de Cidade Nova vai se acabar, disse que vai sair daqui, aí eu entrei aqui pra ver se melhora mais o negócio pra mim porque o negócio ta difícil dentro do lixo. O lixo não ta dando mais não, ta ruim já. No lixo tá fraco. Tem semana assim que eu ganho R\$ 30 reais, tem semana que eu ganho R\$ 50 reais (Catador 6, 2003).

Queria que com o planejamento de trabalho aí a gente começasse a trabalhar e tivesse o dinheiro certo, ter um canto certo pra gente trabalhar. Queria que tivesse uma empresa certa ou a Prefeitura que ajudasse a gente (Catador 7, 2003).

Eu gostaria que tivesse algum apoio da Prefeitura ou alguma coisa que prestasse mesmo porque com certeza todo mundo vai ficar desempregado, ninguém sabe como é que vai fazer. E a gente queria que fosse certo, que não fosse preciso o cara fazer nada errado (Catador 8, 2003).

As declarações acima demonstram que o preâmbulo da proposta oficial de inclusão socioproductiva foi marcado pela falta de confiança dos catadores no que diz respeito ao aspecto econômico. Ainda haviam baixas expectativas já que a erradicação do lixão, como já mencionado, significaria o fim da possibilidade dos catadores auferirem rendimentos a partir dos materiais coletados naquela área.

No ano de 2007, comparando a situação econômica do catador anteriormente à erradicação do lixão, um dos catadores entrevistados expôs a diminuição dos rendimentos auferidos:

É certo que aqui não dá um ganho fixo mesmo pra pessoa, sabe. Aí a pessoa ganha uma micharia mas dá pra sobreviver. Antes a gente ganhava por causa que lá [*no lixão*] era só por si, cada cá que pegava seus negócios e a gente fazia uma micharia boa. Aqui é só modo de dizer que não ta parado mesmo (Catador 3, 2007).

O entrevistado confirma as suposições sobre os motivos da diminuição na renda dos catadores: a baixa influência das organizações no mercado de materiais recicláveis e a ineficiência da coleta seletiva desenvolvida pela Prefeitura o que acarreta na pequena quantidade de recicláveis coletados pelos catadores.

As declarações dos catadores de Natal, entrevistados em 2007, confirmam o que Price Masalías e Castro Nureña (2004) haviam constatado sobre a debilidade da atividade da separação dos resíduos recicláveis na região da América Latina e Caribe, ou seja, devido aos baixos rendimentos, as pessoas mais vulneráveis migram para a atividade da coleta de recicláveis, mas que, a qualquer possibilidade de melhora em seus rendimentos, estas pessoas optam por outras ocupações.

No ano de 2015, no que tange ao aspecto econômico, alguns avanços puderam ser constatados, ao passo que, também foi possível perceber a manutenção de outros aspectos. Quanto à venda dos materiais coletados, a situação ainda era a venda para atravessadores, o que diminuía as possibilidades de maiores rendimentos para as cooperativas, caso elas vendessem o material para as indústrias de reciclagem.

Parte dos recursos econômicos das duas cooperativas advinha de contrato firmado com a Prefeitura de Natal para a participação da coleta seletiva, o que se configura como um avanço no viés econômico para as cooperativas.

Ao final da pesquisa, foi possível denotar que, ao longo dos anos, as ações planejadas para a categoria dos catadores de Natal trouxeram melhores condições de

trabalho. A alternância de uma realidade de lixão para o desempenho em espaços físicos destinados à recepção do material proveniente da coleta seletiva representa um avanço, principalmente se considerarmos que, no município, tais avanços ocorreram anos antes da instituição do modelo de inclusão de catadores disciplinado na política nacional.

Todavia, a partir das entrevistas obtidas, evidencia-se a possibilidade de uma análise mais ampla: é necessária a reflexão em torno do modelo de inclusão de catadores adotado no Brasil enquanto meio para a inclusão social e realização do indivíduo. Conforme foi possível entender no caso estudado, apesar das mudanças ocorridas, os catadores ainda enfrentam problemas que são de caráter sócio históricos e que, no recorte temporal analisado, tais aspectos ainda se mostram perenes e incômodos aos próprios sujeitos.

Embora os catadores verbalizem que a inclusão socioproductiva está ocorrendo de maneira satisfatória, há, no seu discurso, o permanente desejo de mudança para outras atividades laborais, o que se relaciona à percepção da catação enquanto uma alternativa para a sobrevivência. Dessa forma, o desempenho dessa atividade não se evidenciou enquanto um meio de realização, mas sim, como última opção do indivíduo.

A existência de atributos estigmatizantes, riscos laborais, um ambiente de trabalho precário e da dependência econômica das cooperativas em relação aos atravessadores contribui para que o trabalho se afaste de sua condição dignificante, conduzindo a um contexto laboral em que “o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído” (ANTUNES, 1998, p. 124).

Teoricamente, já em Marx, (1971, p. 50) o trabalho era percebido enquanto "uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana".

O trabalho, segundo Lukács (1979), constitui-se enquanto categoria fundante da distinção ontológica entre o ser social e a natureza. É a partir do trabalho que os homens constroem um contexto determinado por atos humanos, impulsionando a criação de relações sociais e habilidades.

Ao longo da história foi por meio do trabalho que o homem se distinguiu das formas de vida dos demais seres. Entretanto, apesar da importância de tal categoria, esta não se constitui como a única dimensão do ser social. Além disso, conforme Antunes

(1998), se é certo que o ser humano necessita do trabalho e de seu potencial emancipador, qualquer forma que aliena e torna infeliz o ser social deve ser recusada.

Desde a sua gênese o capitalismo se reproduz por meio de seu caráter destrutivo em relação ao trabalho e à natureza (ANTUNES, 2009). Assim, há a desrealização do ser social, pois o produto de seu trabalho aparece perante o trabalhador como algo estranho a ele e apropriado por outro. Para Antunes (1998, p. 125) “significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega”.

De tal modo, na especificidade do contexto capitalista, a busca da realização humana é, portanto, extremamente injusta e, por vezes, penosa, de maneira que “(...) o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social” (ANTUNES, 2009, p. 261).

Assim, é certo que o trabalho, por si, eleva o ser natural à categoria de ser social. Ainda, é fato que, sob o modo de produção capitalista, essa atividade adquire contornos degradantes, motivados pela alienação e pela precariedade que caracterizam a realização do trabalho em tal contexto.

A partir do processo de reestruturação produtiva do capital, o alto índice de desemprego empurrou milhares de indivíduos para atividades ainda mais precárias. Dentre elas, podemos citar a catação de materiais recicláveis. A análise do seu desempenho demonstra que ela carrega, em si, uma dubiedade: ao mesmo tempo em que representa um fator de orgulho para o sujeito que busca se afastar da marginalidade, essa ocupação segrega o indivíduo por suas próprias características – a exemplo do estigma gerado pelo trabalho com os resíduos.

Miuri e Sawaia (2013, p.334), em trabalho realizado na área da psicologia, voltaram suas análises para os sentimentos do catador em relação ao trabalho desempenhado. Conforme ressaltaram os autores:

Um sentimento relatado por todos os catadores⁴, e que, para Romualdo, foi por um momento imobilizador, é a vergonha. Vergonha de tornar-se catador, ou tornar-se um significado construído negativamente e compartilhado socialmente. Segundo Heller (1985), vergonha é a interiorização do olhar do outro e também da culpa. O olhar do outro sobre mim, vigiando meu comportamento, é vergonha. Culpa não precisa do olhar do outro, eu mesmo já faço o papel de censura. (...)Essa imagem da censura é construída com base nos significados ideológicos de que catador é sinônimo de ladrão, mendigo, malandro, vagabundo, incapaz, e as pessoas se relacionam com ele com base nesses estereótipos.

Conforme ressaltam os autores, a pesquisa realizada destacou a catação enquanto uma fonte de sofrimento, tristeza, discriminação, preconceito e prejuízo à saúde do indivíduo. Assim destacaram: “os catadores mostraram dois grandes blocos de emoções tristes: um derivado do medo da esperança; e o outro derivado do medo da censura, que significa humilhação, vergonha, pudor, culpa. Tudo isso sedimenta e concretiza o preconceito” (MIURI E SAWAIA, 2013, p.336).

Segundo os autores, entretanto, o medo da esperança é muito menor do que a lembrança e o medo de encarar situações sociais mais adversas. Assim, essa atividade representa uma esperança de mobilização, um contra fluxo à miséria. Por sua vez, a atuação coletiva, em cooperativas e associações representa a potencialização de novas possibilidades. Como afirmam:

Reciclar é tirar um objeto que não tem mais uso, nem significado, que foi jogado fora, e transformá-lo em um objeto com significado, com utilidade. É tirar algo da negatividade e trazer para a positividade. Nessa expressão, pode-se perceber o sentido de tornar-se catador. Reciclar-se é sair da depressão, da despotencialização, e tornar-se potência de ação. O catador sai da negatividade para entrar na positividade social, tendo e criando sua função, que atualmente está sendo valorizada. Reciclar é mudar a função de algo sem perder sua essência. O trabalho, para Érica, é o trabalho ontológico, o trabalho que humaniza o homem. É trabalho como necessidade de o ser humano se expandir, criar, transformar e desejar. No mundo capitalista, é preciso trabalhar para ganhar dinheiro e pagar as contas, comprar comida para a família, ou seja, sanar as necessidades básicas; nesse sentido, trabalho significa autoconservação. Mas, concomitantemente ao trabalho de autoconservação, o trabalho é também expansão da criatividade, do desejo do ser humano. O trabalho ontológico é tanto trabalho como autoconservação, quanto trabalho como expansão. (MIURI E SAWAIA, 2013, p.339)

Nesse sentido, deve-se observar uma peculiaridade na atividade laboral em comento: se por um lado, a catação traz esperança, de outro, ela degrada. O próprio lixo, por si, ao mesmo tempo em que é fonte de sobrevivência e sociabilidades ao indivíduo que com ele trabalha, por ser desprezado pela sociedade, acaba transferindo a sua carga valorativa para quem dele depende.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos elencados confirmam a suposição inicial de que a proposta de inclusão socioprodutiva pretendida pelos catadores em Natal ainda está em processo.

Observadas as mudanças ocorridas entre 2003 e 2015, a partir, principalmente, da percepção do próprio catador, foi possível constatar a existência de lacunas para que se realize a desejada emancipação econômica e a almejada inclusão social.

São inegáveis as melhorias das condições do catador em Natal desde o fechamento do lixão de Cidade Nova, todavia esta mudança ainda convive com aspectos remanescentes que envolvem questões como a manutenção do estigma, a dependência de atravessadores, os riscos de acidentes ainda existentes e o permanente desejo do catador de buscar novos rumos a partir de outras atividades laborais. No que concerne ao aspecto econômico, as baixas rendas auferidas com o trabalho em cooperativas levam à desistência de vários catadores que eram 465 no antigo lixão em 2003 e em 2014 eram 146 cooperados.

As cooperativas visitadas apresentaram evolução em sua organização, todavia, não se constatou a possibilidade de caminharem sem o auxílio do município. Evidenciou-se, aqui, a existência de problemas de caráter sócio históricos os quais ainda se mostram perenes e incômodos aos próprios sujeitos, atribuindo ao trabalho realizado um caráter de meio de sobrevivência temporário, limitando a realização do ser social pelo trabalho.

Os resultados apontam que a análise acerca do sucesso do modelo de inclusão socioproductiva de catadores no Brasil necessita de um enfoque que considere a satisfação do indivíduo com a atividade realizada. As evidências apresentadas indicam que a catação ainda representa uma última alternativa frente ao desemprego, não se configurando como um labor que proporciona a completude do ser.

Deve-se considerar que a busca da inclusão socioproductiva desses trabalhadores não será completa enquanto elementos de estigma e desvalorização do ser social compuserem o cenário diário dos indivíduos que desempenham a atividade da catação.

Tal constatação, por sua vez, indica a necessidade de reflexão acerca do modelo instituído a partir da PNRS, sendo necessário que, de modo ampliado, seja pensada a atividade da catação e a busca por condições de trabalho que proporcionem a plenitude do indivíduo que a realiza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas: Cortez, 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BAUMANN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas. La modernidad y sus parias.** Barcelona: Editorial Paidós, 2005.

COSTA, Idalina Farias Soares. **De lixo também se vive: origem e reprodução de comerciantes e catadores de produtos do lixo em Cidade Nova.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1983.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.276p.

FERREIRA, Angela; DANTAS, George e EDUARDO, Ana. Em torno das cidades: Urbanismo e Secas no Nordeste do Brasil, 1900-1920, **Scripta Nova**, vol. IX, núm. 194 (104), 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-104.htm>. Acesso em: 22 de novembro de 2015.

FIGUEIREDO, Fábio F. Esboço histórico da destinação final dos resíduos do lixo em Natal, Brasil, período 1920 a 2003. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, n. 218 (14), 2006. Disponível em: Acesso em: 26 ago. 2014.

_____. **Aspectos socioeconômicos, ambientais e políticos da gestão oficial dos resíduos sólidos de Natal/Brasil, a partir de 2003.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2010. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Barcelona, 252p, [mimeo].

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada.** 5ª ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Situação Social das catadoras e dos catadores de material reutilizável e reciclável.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 20 jun.2015.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura; COSTA, Sylvio Rogério Ribeiro; AZEVEDO, Verônica Gonçalves; SILVA, Danielle Felix Gomes e CORDEIRO, Robson Teixeira. **Restos e riscos: uma discussão sobre o trabalho em uma usina de lixo.** Cadernos Eletrônicos do CEAS, nº 1. 2009.

LIMA, Jacob. **Paradoxos do trabalho associado.** Tempo social, São Paulo, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MAGERA, Márcio. **Os caminhos do lixo: da obsolescência programada à logística reversa.** Campinas: Átomo, 2012.

MARX, K. **O capital: o processo de produção do capital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Livro 1.

MICHELOTTI, Fernando Canto. **Catadores de lixo que não é mais lixo: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir da sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MIURA, Paula Orchiucci e SAWAIA, Bader Burihan. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 331-341. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/10.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL – MNCR. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis: mercado de trabalho conjuntura e análise**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ministério do Trabalho e Emprego. n. 41, 2009. Disponível: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt41/BMT_completo.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

NATAL. **Diagnóstico da situação atual dos Resíduos Sólidos gerados no município de Natal/RN**. Natal: Companhia de Serviços Urbanos de Natal, 2011.

_____. **Gestão de Resíduos Sólidos e a Coleta Seletiva de Natal. Política Nacional de Resíduos Sólidos: a lei na prática**. 2012. Disponível em: Acesso em: 26 ago. 2014.

PRICE MASALÍAS, Jorge e CASTRO NUREÑA, Cecilia. **Evaluación Temática Regional: Trabajo Infantil en la Segregación y Gestión de Residuos Sólidos Urbanos en América Latina y el Caribe**. Organización internacional del trabajo, serie documento de trabajo. 2004.

SILVA, Ivanilde; GUIMARÃES, João Rafael e MORENO, Josivan. **Resíduos Sólidos de serviços de saúde – a evolução no município de Natal**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2012. Anais do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental - 2012. ABES.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. **Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis: Estudo da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Efetivação do Trabalho Decente em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – UFRN, Natal. 2015.

SILVEIRA, Raquel; FIGUEIREDO, Fábio. Reflexões sobre a atividade da coleta de materiais recicláveis realizada pelos catadores de Natal/RN a partir do trabalho decente. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37. Águas de Lindóia, 2013. Anais do XXXVII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8513&Itemid=459. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

WALDMAN, Maurício. **Lixo: cenários e desafios**. São Paulo: Cortez, 2010